

## **O projeto modernizante capitalista no Brasil (1930-1980): uma perspectiva a partir da crítica da economia política**

**Grasiela Baruco (UFRRJ) e Alexis Saludjian (UFRJ)**

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo analisar o projeto modernizante capitalista brasileiro que tem início nos anos 1930, de forma mais acentuada. A hipótese aventada é de que a inteligibilidade que informava aquele momento no mundo, tanto na ciência econômica quanto nas demais era de que aquele projeto, onde implementado, tiraria os países da condição de periféricos, com o que as mais diferentes classes sociais brasileiras e internacionais encampam a industrialização, mesmo que se observem diferenças no formato defendido, como alternativa para o ingresso na modernidade. Para avançar no que se propõe anteriormente, o texto se divide em três seções, além da introdução e da conclusão, que tratam: (i) das origens do projeto modernizante; (ii) do seu aprofundamento via política de substituição de importações e (iii) por fim, do seu fracasso dada a insuficiência para contornar a condição de periferia do país. De forma conclusiva, o artigo aponta que mesmo o exemplo histórico concreto brasileiro refutando a hipótese de que a modernização capitalista significaria o ingresso no hall de países desenvolvidos, o espírito do tempo, ou aquela inteligibilidade que informava as ciências pouco se alterou na atualidade.

**Abstract:** This article aims to analyze the Brazilian capitalist modernizing project that started in the 1930s, in a more accentuated way. The hypothesis suggested is that the intelligibility that informed that moment in the world, both in economic science and in the others, was that that project, where implemented, would remove countries from the condition of peripherals, with which the most different Brazilian and international social classes embrace industrialization, even if differences are observed in the defended format, as an alternative for entering modernity. In order to advance in what was previously proposed, the text is divided into three sections, in addition to the introduction and conclusion, which deal with: (i) the origins of the modernizing project; (ii) its deepening via import substitution policy and (iii) finally, its failure due to the insufficiency to circumvent the condition of the country's periphery. In a conclusive way, the article points out that even the concrete Brazilian historical example refuting the hypothesis that capitalist modernization would mean entering the hall of developed countries, the spirit of the time, or that intelligibility that informed the sciences has hardly changed today.

**Palavras-chaves: Economia Brasileira, Historia Econômica**

**Key-words: Brazilian Economy, Economic History**

### **Introdução**

No início do século XX, mais especificamente na década de 1930, o projeto de uma sociedade “moderna” (industrial) ganha maior fôlego no Brasil. O subdesenvolvimento, condição periférica ou o “atraso”, seria entendido, nas décadas que se seguiram, como sendo produto do ingresso muito tardio do país no processo de industrialização e ou modernização capitalista. Assim, a condição periférica, de um resultado do desenvolvimento desigual e contraditório que caracteriza o próprio capitalismo, passa a ser entendida como uma disfunção que poderia, segundo seus defensores, via industrialização e manejo adequado de política econômica, superada. Essa concepção evolutiva do processo de acumulação de capital, ou a modernização capitalista que lhe corresponde, se constitui

numa agenda que associa acumulação de capital (crescimento), desenvolvimento e, quiçá, nas interpretações mais radicais, socialismo. De acordo com Arantes, essa modernização imaginária constitui a própria nacionalidade

“cunhada a partir de um mito fundador [...] [o do] encontro marcado com o futuro. Tudo se passa como se desde sempre a história corresse a nosso favor. [...] Estado de espírito euforizante de tal modo arraigado, a ponto de sobreviver até mesmo à revelação dramática do subdesenvolvimento, tal a confiança numa explosão de progresso que adviria. (Arantes, 2004, p. 25)

Assim, a modernização capitalista esteve no centro dos debates políticos e econômicos, sendo que, consumada esta modernização – seja com mais ou menos Estado ou mais ou menos mercado –, os problemas decorrentes do desenvolvimento capitalista (como a desigual distribuição de renda e riqueza, fome, etc) seriam superados. O Estado sempre fora utilizado como agente apropriado e necessário da condução da modernização, com o que Estado (moderno) e capitalismo (pleno desenvolvimento dos mercados) são momentos indissociáveis da lógica de valorização do capital, ou seja, dessa forma de sociabilidade, ainda que algumas teorizações no campo econômico tentem dissociar Estado e mercado, tornando-se, pois, incoerentes.

Nessas circunstâncias, a constituição da nação é concebida como parte de um processo de instauração da modernidade burguesa. Apesar dos países periféricos terem sido deixados para trás pela terceira revolução industrial, subsiste o discurso (e o entendimento) de que o atraso pode ser devidamente equacionado mediante alguns ajustes – ou, na atualidade, reformas estruturais. Aqui importa sublinhar que esses debates sobre modernização inconclusa promoveram uma associação entre desenvolvimento, crescimento e socialismo, acabando por colapsar as especificidades desse último no conteúdo dos dois primeiros. Com isso, nem sempre foi possível distinguir entre a economia política crítica (nacionalista, desenvolvimentista, reformista) e a crítica da economia política (Marx). Pode-se afirmar que durante grande parte do século XX a realidade dos países “periféricos” foi interpretada de acordo com as coordenadas teóricas do desenvolvimentismo, ou seja, da economia política crítica, mesmo quando a sua retórica lhe emprestasse aparência de crítica da economia política.

O projeto modernizante capitalista implementado especificamente no Brasil nos anos trinta guarda obviamente contradições, disputas, cujos principais setores/ atores serão: o agrário (portado pela aristocracia oligárquica que, nas décadas recentes tem como expressão mais acabada o “agronegócio”), a burguesia industrial e o projeto nacional popular, mais progressista, embora igualmente modernizante. No que diz respeito à classe trabalhadora brasileira, ainda que se observe movimentos importantes de luta (como a greve de 1917 em São Paulo), trata-se naquele momento de parcela muito pouco significativa da população total, com organização ainda incipiente e parca

capacidade de fazer valer um projeto nacional popular no bloco no poder do Estado (ainda que o Estado tivesse desenvolvimento igualmente incipiente). Nesse sentido, Fernandes (1976) argumenta que o desenvolvimento capitalista periférico é distinto dos centros inclusive porque conta com um contingente de desempregados em massa que sequer se constitui enquanto classe trabalhadora.<sup>1</sup>

A crise econômica mundial nos anos trinta significará o golpe final para o setor cafeeiro brasileiro. No vácuo de hegemonia que se estabelece naquele momento, dado que o projeto da burguesia agrária já não mais é capaz de seduzir/ coordenar a acumulação de capital, a burguesia industrial passa a fazer valer de forma mais acentuada seus anseios no bloco no poder, sem que, no entanto, os interesses agrários tenham sido alijados do processo de constituição do Estado nacional e, portanto, também disputem os rumos do processo de acumulação de capital ou, analogamente, o projeto capitalista modernizante que adviria.

Assim como nos anos 1930 as transformações do capitalismo mundial impuseram uma mudança do projeto de sociedade ao Brasil, sendo adotada naquele momento a via da “modernização” industrial, o mesmo ocorreria nos anos que se seguiram à crise de 1970. Nesse momento, em que o capitalismo mundial encontrará na esfera financeira um local alternativo e promissor de valorização de capital, dado o decréscimo das taxas de lucratividade observado na esfera produtiva, o que se tem nacionalmente é uma nova tensão da hegemonia, saindo vitorioso dela os interesses do capital internacional (agora financeirizado) e, também, em função da incapacidade do projeto industrial de cumprir sua promessa de colocar o país na condição de desenvolvido, ganha de fôlego no bloco no poder novamente os interesses agrários (o “agronegócio”).

A discussão acima proposta pode ser recolocada nos seguintes termos ou, analogamente, envolve uma tríplice dimensão: (1) a dinâmica capitalista mundial, (2) as disputas intra-bloco no poder que se desdobram entre a burguesia internacional (interesses externos) e a burguesia brasileira (agrária, industrial, etc) e (3) entre estas e o trabalho. Lembrando novamente da especificidade da constituição do mundo do trabalho na periferia capitalista em função da massa de desempregados/ subempregados. Adicionalmente, o passado escravista e uma estrutura oligárquica regional historicamente arraigada, resulta numa dinâmica social que culmina ou resvala, em momentos históricos distintos, no autoritarismo, dado que aqueles elementos condicionam uma

---

<sup>1</sup> Nesse sentido, os dados apresentados por Fausto (2007, p. 265) parecem ratificar o argumento, ou seja, “[...] entre 1889 e 1907 o número de estabelecimentos quintuplica, ao passo que o número de operários não chega a triplicar, e entre 1907 e 1920 o número de estabelecimentos quadruplica, sendo que o número de operários não chega a duplicar”.

incipiente capacidade de contraposição a esses regimes – ainda que as resistências, obviamente, existam. Com isso se quer dizer o seguinte: as tensões da hegemonia nacional são reduzidas ou aumentadas a depender do movimento do capitalismo mundial, ou seja, o problema da distribuição da massa de mais valor é sistematicamente recolocado e o bloco no poder, diante da impossibilidade de solucionar a contento essas tensões, é mais capaz de consolidar regimes autoritários/ditatoriais.

Como transitaram as disputas pela massa de mais valor criada no capitalismo brasileiro a partir do avançar do projeto modernizante em trinta? Ou, igualmente, como evoluiu o projeto de modernização capitalista brasileiro pensando do ponto de vista das principais classes/ frações que o compõe? A hipótese levantada é de que o capitalismo brasileiro se consolida e se reproduz tendo como norte o projeto modernizante, embora com distinções acerca da sua forma de implementação, e com instabilidade de um projeto hegemônico, sendo que as tensões da hegemonia se reduzem em momentos de crescimento econômico mundial, dado que a massa de mais-valor produzida, ainda que desigualmente distribuída, é acessada por um número maior de classes/ frações de, e as tensões se recolocam/ aumentam em momentos de crise capitalista. Esse projeto de modernização demanda hora mais Estado (anos trinta) e hora menos (anos oitenta em diante); beneficia mais a burguesia industrial e a classe trabalhadora (anos trinta) ou mais o capital financeiro (anos setenta), sem que, em nenhum momento se deixe de contemplar os interesses da burguesia agrária (com o que não se tem reforma agrária, por exemplo). Assim, o projeto modernizante, ainda que horas mais e horas menos, contempla os interesses da burguesia agrária, isto é, seus valores (sic) escravocratas, coronelísticos, patriarcais, retrógrados, conservadores, etc, e, ao não abandonar tais elementos, o ingresso na modernidade nunca significou de fato contemplar sequer os valores democráticos universalizantes. A incipiente constituição do aparato social brasileiro (saúde, educação, previdência social, etc) parece ratificar o argumento.

Como forma de sustentar a argumentação anterior, se afirma que: os projetos liberais e/ou ultraliberais, que apregoam mais mercado e menos Estado e os do socialismo realmente existente que, de forma diversa, defenderam e implementaram mais Estado e menos mercado, foram incapazes de impedir o desenvolvimento de regimes autoritários. Com isso se quer dizer o seguinte: ainda que anteriormente se tenha chamado a atenção para a forma de distribuição do mais valor, ainda que a sua desigual distribuição seja responsável por uma sociabilidade ainda mais díspar, injusta, etc, há uma falsa solução quando se aponta para “mais Estado e menos mercado” como forma de condução adequada do projeto modernizante capitalista, na medida em que o rearranjo na distribuição da massa de mais valor (quando se tem mais Estado e menos mercado ou o contrário)

não é capaz de suprimir a sociabilidade capitalista, organizada única e exclusivamente para a produção de uma massa cada vez maior de mais valor. Nesse sentido, deve-se ressaltar, num nível de abstração mais alto, que a produção de mais-valor se dá, crescentemente, com a incorporação ao processo produtivo de cada vez mais trabalho morto (máquinas, equipamentos, implementos) em detrimento de trabalho vivo, sendo que disso resulta um exponencial crescimento da riqueza (produção de mercadorias) que, por um lado, é absolutamente destrutivo para a natureza e, por outro lado, requer um crescimento acelerado da produtividade para extrair mais sobretrabalho de uma fração declinante de trabalho necessário. Não seria o caso de reorganizar o eixo sobre o qual se estrutura essa forma de sociabilidade, qual seja, uma forma de sociabilidade que tem como especificidade a forma de trabalho armada para geração de cada vez mais riqueza, e, portanto, questionar o avançar do projeto modernizante?

## **1 – Das origens do projeto modernizante capitalista**

A presente seção procura fazer um apanhado do processo de modernização capitalista brasileiro no período compreendido entre a década de 1930 e meados dos anos cinquenta, momento em que o projeto ganha novos contornos e outros patamares com a tentativa de internalização da indústria produtora de bens de capital ao parque produtivo nacional.

O ponto de inflexão para que o projeto industrial modernizante capitalista ganhasse fôlego foi a crise de 1920. Trata-se de uma crise de dupla dimensão, isto é, política e econômica. Como função da primeira Guerra Mundial e dos constrangimentos impostos às importações, o país avança no processo de construção da indústria nacional, tendo como resultado um aumento da urbanização e um crescimento da massa de trabalhadores, que num primeiro momento se dedicavam à cultura do café e paulatinamente à indústria. Essa diversificação forma as bases para as contestações políticas, econômicas, culturais, etc, que marcam a década. São exemplos de manifestação dessa efervescência: (i) a greve de 1917 em São Paulo, um inequívoco atestado da maturidade dos trabalhadores, formada por imigrantes que trazem consigo um fundo ideológico de contestação; (ii) a semana de arte moderna de São Paulo, clamando por reformas em profundidade da estrutura e sociedade brasileira, numa tentativa de recuperar o ideário da Independência de 1822<sup>2</sup>; (iii) movimentos contestatórios como a Coluna Prestes de 1925 e também os que naquele momento alcançam inclusive o seio das forças armadas (sendo aqui os caso mais emblemático o levante do

---

<sup>2</sup> Em grandes linhas, em 1922, cem anos após a Independência do Brasil, o que se questiona no âmbito da semana de arte moderna é: o que a independência teria trazido, ou seja, o que seria o Brasil e os brasileiros que assumiram uma condição própria? Analogamente, o que se havia produzido de genuinamente nacional?

Forte de Copacabana, demandando uma reorientação das ações políticas excessivamente centradas nos interesses da elite cafeeira nacional).

A década de 1920, no entanto, é o auge do complexo agroexportador brasileiro, observando-se um aumento da quantidade produzida (*quantum*) e do valor, isso porque as condições para a realização da produção de café mostram-se bastante positivas em função: (i) da evolução das economias centrais (Estados Unidos e Inglaterra, principalmente), para as quais o produto se dirigia principalmente aos trabalhadores como fonte de energia e (ii) somadas às sistemáticas desvalorizações cambiais como forma de estimular a venda do produto, tem-se ainda os programas de valorização (sendo emblemático o Convênio de Taubaté de 1906) que visavam montar estoques reguladores para que a oferta (abundante) tivesse vazão e o preço não fosse tão afetado.

A segunda dimensão da crise dos anos 1920, a econômica, diz respeito, portanto, especificamente ao desajuste entre a oferta abundante e a demanda insuficiente pelo café brasileiro, ou seja, um problema de realização do valor e, conseqüentemente, de reprodução do capital. Note-se, naquele momento o Brasil era um produtor semi-monopolista de café, sendo responsável por cerca de 70% da produção mundial. O desajuste entre oferta e demanda se agrava em 1929, ou seja, num momento de reversão cíclica de proporções internacionais tem-se uma queda acentuada da demanda. Os problemas apresentados pelo complexo agroexportador se tornam mais graves a partir de então, com o que se pode afirmar que a crise internacional dá o atestado de impossibilidade de continuação da sistemática política de valorização do café adotada até então. Adicionalmente, o episódio é bastante emblemático para caracterizar a dependência dos países periféricos do ciclo de acumulação internacional de capital.

De acordo com Draibe (1985), é nesse momento que se abre então um vácuo de hegemonia deixado pela elite agroexportadora cafeeira, no sentido de que o café deixa de ser o determinante do destino da economia brasileira (ainda que, por muito tempo, a produção agrícola seja superior à industrial)<sup>3</sup>, ou, nos termos de Gramsci (2000), tem-se a incapacidade de uma classe de fazer com que seu projeto (cafeeiro agroexportador, no caso) seja considerado benéfico pelo e para o conjunto das demais classes sociais. Tem-se então caminho aberto para a consolidação de um novo bloco no poder (dado que o horizonte então era avançar na estruturação capitalista).

Diante desse vácuo, nos anos 1930 estavam postas três vias de desenvolvimento ou projetos para a sociedade brasileiro. Ter-se-ia, nos anos que se seguiram, uma revolução burguesa, nos

---

<sup>3</sup> Somente em 1956 a produção industrial supera a produção agrícola e em 1970 as exportações industriais superam as agrícolas. Nesse sentido, não parece haver sustentação possível para o argumento de Fausto (2007, pag. 269), segundo o qual “a crise do SME [setor exportador] foi, por assim dizer, permanente e acarretou a ruína da antiga oligarquia agroexportadora, que perdeu sua primazia política”.

termos tratados por Florestan Fernandes (1976), isto é, uma revolução que não seguiria os moldes dos países capitalistas centrais, dado tratar-se de um processo de transformações feito sem a participação popular. Esse processo de revolução burguesa envolveria uma tríplice perspectiva temporal associada a cada uma das vias de desenvolvimento postas então, quais sejam: (i) continuar com o passado agrário; (ii) avançar no projeto do presente, simbolizado pelo avançar da industrialização ou (iii) construir o futuro a partir do projeto nacional popular. Draibe (1985) associa então a cada uma dessas vias de desenvolvimento os agentes (ou classes sociais) mais representativos, explica-se.

Em primeiro lugar, a burguesia cafeeira, ou via conservadora, defenderá uma vinculação à clássica divisão internacional do trabalho, na qual o Brasil exportaria basicamente produtos agrícolas e minerais, de baixa elaboração e valor agregado; com o que a crise dos anos trinta seria resolvida fundamentalmente pela continuidade do padrão agroexportador. A política seria liberal, de câmbio e tarifas de importação, com redução ou não aumento dessas tarifas de forma a manter a capacidade de acumulação (com a importação de máquinas, equipamentos, etc, inclusive direcionados à produção cafeeira). Em termos de desenvolvimento industrial, essa via estimularia o setor produtor de bens salário, mas não o setor produtor de bens de consumo duráveis, intermediários ou de capital. Por fim, a estrutura agrária seria mantida concentrada e excludente e o relacionamento com as massas urbanas, com o conjunto da sociedade enfim, seria bastante restrito porque se defendia um Estado descentralizado ou, analogamente, a permanência das estruturas de poder regionalizadas, oligárquicas.

Ainda de acordo com a autora, o limite desse projeto se colocaria pela própria forma de industrialização defendida, isto é, essa via não resultaria num processo de industrialização amplo na medida em que não contemplava a diversificação da produção e a internalização do setor produtor de bens que compõem a escala superior da industrialização (bens de capital). A única forma de romper com esse limite seria via intervenção do capital estrangeiro que, no entanto, não teria àquela altura interesse em se instalar num país com um Estado descentralizado e regionalizado, com políticas de não diversificação da produção e com uma economia que permaneceria com o eixo de acumulação centrado no setor agroexportador, com entraves à constituição do setor produtor de bens de capital e de todos os efeitos de encadeamento e multiplicador provenientes da instalação deste.

Em segundo lugar, estava posto em vinte o projeto da burguesia industrial, ou via moderada. Trata-se de uma via de desenvolvimento estruturada a partir dos interesses da burguesia industrial em aprofundar o progresso da indústria, sendo a defesa para que tal projeto fosse mais rápido e

complexo do que a proposta pela via conservadora. De qualquer forma, a burguesia nacional teria de recorrer ao capital estrangeiro ou ao Estado para levar adiante seus anseios, ou seja, nos dois casos perderia espaços de acumulação (para o capital privado internacional ou para o Estado), com o que se passa a defender um processo de avanço industrial cauteloso e controlado, e não acelerado. As tarifas de importações seriam aumentadas, como forma de proteger e estimular a produção interna, e o câmbio desvalorizado como forma de estimular as exportações, inclusive de café (ponto este, portanto, no qual se percebe sinergia entre as vias conservadora e moderada, ainda que, por exemplo, a política de crédito fosse concorrente entre café e indústria). Em termos de estrutura agrária, não haveria porquê exigir alterações na mesma (como reforma agrária, basicamente), desde que o setor rural fornecesse os alimentos necessários à composição da cesta básica do trabalhador urbano.

Nota-se que essa via de desenvolvimento terá melhores condições de proporcionar benefícios às massas urbanas graças ao aumento do emprego e, portanto, da massa salarial, bem como se acena para uma elevação das taxas de salários, ademais ter-se-ia uma maior arrecadação estatal – ainda que a defesa de um Estado mais interventor ou mesmo produtor implicasse em gastos públicos igualmente maiores comprometidos com infra-estrutura, constituição da indústria de base e maiores gastos sociais (educação, saúde, previdência social, etc). Por outro lado, o limite da via moderada em avançar no projeto modernizante capitalista é dado pelo próprio ritmo do processo, ou seja, a burguesia industrial não consegue se sobrepor, mas antes é subordinada pela participação estrangeira e pelo Estado (na forma de empresas estatais) com o avançar do processo, tornando-se o que se convencionou chamar de “perna fraca do tripé”.

Por fim, em terceiro lugar, a via nacional popular, ou o projeto dos trabalhadores, defendia que a industrialização avançasse o mais rápido possível, não só em ritmo mas também em complexidade. O Estado seria líder, tendo maior participação no processo de acumulação de capital que as burguesias cafeeira e industrial nacional e o capital privado internacional. Defende-se, portanto, a constituição de instituições específicas para acelerar a industrialização (empresas estatais), num processo mais racional porque o Estado indicaria os setores e o ritmo das inversões, isto é, o direcionamento dos investimentos via planejamento estatal central faria com que se atingisse de forma mais rápida a industrialização. Quanto à estrutura agrária, argumenta-se em favor da expansão da fronteira agrícola, estimulando a produção de alimentos, o que levaria a queda dos preços dos produtos básicos e, portanto, proporcionaria aos trabalhadores urbanos a aquisição de bens e serviços adicionais.

Os limites da via nacional popular são dados: (i) pelo lado financeiro, ou seja, o processo de industrialização, ainda que acelerado e com efeitos multiplicadores, poderia não obter o volume de capital capaz de internalizar a produção das etapas superiores da estrutura industrial (bens de capital), dado trata-se de um capitalismo, já naquele momento, em âmbito mundial, com estruturas de mercado oligopolizadas, cujo capital mínimo necessário para o financiamento do investimento à constituição de plantas produtivas economicamente eficientes é gigantesco; (ii) a limitação técnica, ou seja, não se tem disponível internamente, tampouco pelo principal agente que conduziria o processo (o Estado, no caso), tecnologia. A solução, nesse caso, seria a negociação com o capital estrangeiro para a obtenção de financiamento e tecnologia.

A partir da análise anterior, Draibe (1985) apresenta então a ossatura material que se constitui no âmbito do Estado brasileiro para atender as demandas ou projetos em disputa colocados por aquelas vias de desenvolvimento, isto é, a autora recupera o conjunto de instituições que o Estado cria e que serão estruturadas por um conjunto de legislações que visam atender, em maior ou menor grau, os interesses que estavam postos num contexto de crise de hegemonia. É possível perceber, no entanto, algumas características desse novo Estado que se estrutura a partir da década de 1930, quais sejam: trata-se de um Estado centralizado; que passa por um processo de racionalização ou, analogamente, que terá uma concepção de objetivos, expressas pelas legislações criadas; marcado igualmente pela burocratização, o que fica claro com a criação de um corpo funcional escolhido por concurso público e que o torna mais “imune” à organização de classes; e, por fim, tem-se igualmente uma concentração do poder político e econômico na União (considerando-se os três poderes, isto é, uma concentração no executivo, legislativo e judiciário).

Nesse sentido ainda, a estruturação do Estado brasileiro entre 1930-1945 pode ser simbolizada pelo avançar da constituição do aparelho coercitivo/ repressivo (forças armadas – marinha, exército e aeronáutica, bem como o poder judiciário); o aparelho social estatal, ou o Estado enquanto “interesse geral” e que se expressa no desenvolvimento de direitos aos cidadãos (saúde, educação, previdência, assistência social, etc) e, por fim, a direção de suas instituições passa a ter como variável chave levar a cabo seu objetivo, ou seja, o conjunto de órgãos e instituições que comandam a economia (aparelho econômico) direcionados ao avançar do projeto de modernização capitalista.

Note-se que, apesar das significativas diferenças apontadas por Draibe (1985) entre os projetos em disputa naquele momento histórico, há um fio condutor, ou uma espécie de inteligibilidade que informava os anos 1930 no mundo, tanto na ciência econômica quanto nas demais – e aí se inclui o marxismo, segundo o qual seria inevitável a industrialização como ponte

para o ingresso na modernidade e condição indispensável, portanto, para superação do atraso, do arcaico, do periférico.

Segundo Corsi (1994) haveria em Draibe (1985) tintas carregadas na capacidade do Estado de levar adiante o projeto modernizante capitalista brasileiro, ou seja, embora admita a existência da autonomia relativa estatal, argumenta que as lutas de classes e de frações de classes foram mais acentuadas naquele momento, havendo pois disputas inclusive no interior do projeto defendido pela via moderada, por exemplo. Tendo por base o I Congresso de Economia de 1943, para a burguesia industrial brasileira, “o interesse nacional identifica-se com a industrialização”. Por outro lado, no que diz respeito especificamente à participação do capital externo no projeto de industrialização, sua vinda não era contraditória, dado que se entendia que este incrementaria a produção e a política econômica seria definida pelo interesse nacional (Corsi, 1994, p.16).

Havia então clareza por parte da burguesia nacional da inviabilidade do projeto caso não houvesse aporte de recurso externo e participação do Estado nele – ainda que, com relação a esse último, não fosse consensual a forma. A proposta de modernização capitalista, ainda que com nuances, era sempre centrada na preocupação com a acumulação de capital, não se vislumbrando sequer gastos sociais, dado que as melhorias sociais seriam consequência do próprio projeto modernizante, isto é, a consequente geração de emprego e maior renda. A automaticidade “modernização capitalista” e “melhorias nas condições sociais” (principalmente via renda) não era sequer questionada aquele momento.<sup>4</sup>

De acordo com Fausto (2007, pag. 266-267), até 1930 “a oligarquia cafeicultora, que detinha a hegemonia política, dava prioridade a produção para o mercado externo e temia que uma política protecionista muito pronunciada ocasionasse discriminações, em represália, contra as mercadorias brasileiras nos países industrializados” e, por outro lado,

“os cafeicultores juntamente com a classe média urbana (que se achava em sua maior parte ocupada em serviços) se opunham a substituição de importações enquanto *consumidores*. E provável que o produto nacional fosse, ao menos durante a fase inicial de implantação da indústria, de qualidade inferior e de preço superior ao produto importado. Em face de tais “sacrifícios”, não surpreende que os membros tanto da oligarquia como da classe média urbana tivessem arraigadas convicções livre-cambistas e se opusessem com veemência a proteção das indústrias consideradas “artificiais” num país cuja vocação agrícola não era disputada por ninguém”.

---

<sup>4</sup> Nesse sentido é amplamente conhecido o debate travado entre Simonsen e Gudin a respeito dos rumos do projeto modernizante capitalista, tendo o primeiro defendido maior participação estatal no planejamento que conduziria à industrialização e empréstimos do tipo *lend lease* (solicitados aos governos) justificados pela escassez de capital nacional, enquanto Gudin “defendia um desenvolvimento econômico baseado na modernização da agricultura, em uma industrialização mais equilibrada com o desenvolvimento agrícola, em uma ampla integração com o capital estrangeiro [inversões diretas, sendo que já apostava na internacionalização sob o comando de empresas privadas] e a não intervenção do Estado na economia” (Corsi, 1994, p. 26).

Na perspectiva de Corsi (1994, pag. 34-35) esse cenário se altera a partir de 1943, quando dois projetos entram então em disputa<sup>5</sup>.

A amplitude da análise de Draibe (1985) ao passo que transcende o estritamente econômico e guarda íntima relação com a sociologia, não apresenta, como o faz Corsi (1994), importantes nuances acerca dos movimentos promovidos por frações de classes em prol da modernização capitalista. Ainda que, no caso de Corsi (1994), falte uma maior sistematização e avaliação sobre o papel de classes fundamentais nesse processo, como a trabalhadora.

De forma conclusiva, o que se pode apreender é que a industrialização se efetiva como uma consequência secundária do ciclo de valorização do capital, ou seja, a necessidade de produção de uma massa cada vez maior, crescente, de valor (condição de existência do capitalismo) condicionou a inserção de regiões periféricas que foram integradas à divisão internacional do trabalho via ampliação de mercados para o capital industrial e, portanto, para a própria acumulação de capital. Diante do anterior, e da inteligibilidade que informava os anos 1930 no mundo, o que se percebe no Brasil nesse momento é a necessidade do avançar do projeto modernizante capitalista que será defendido, ainda que com nuances diferentes, mesmo no interior da mesma classe social, pelas mais diversas classes ou frações delas. Em termos da economia política do período, dados os projetos em disputa e os condicionantes de acumulação do próprio capitalismo, quem ganha e quem perde? É possível afirmar que, ainda que acenasse com melhores perspectivas de vida, de sociabilidade, para o conjunto, a forma de implementação desse projeto e os resultados dele consequentes são diferentes a depender da classe social que se considera. No bloco no poder é inequívoco que se fizeram valer mais os interesses da elite agrária (com o que não se tem reforma agrária) e da incipiente burguesia industrial (amplamente respaldada pelo Estado brasileiro), do que os interesses do projeto nacional popular, ainda que estes, obviamente, não tenham sido aliçados (dado que se constitui um aparato social nos anos seguintes, mesmo que se possa questionar sua universalidade, efetividade, etc).

---

<sup>5</sup>«[...] De um lado, os setores emergentes com a mudança do eixo da acumulação para a indústria, compostos de fações das burguesia industrial e comercial. Estes setores procuraram [...] costurar [...] um amplo programa industrializante e a definição de mecanismos institucionais que lhes permitissem determinar diretamente a política econômica. Defendiam um modelo de desenvolvimento caracterizado pelas ações direta e indireta do Estado na economia, pelo protecionismo alfandegário, pelo planejamento econômico, pela expansão do crédito, pelo financiamento da industrialização por meio de empréstimos externos e pela ausência de uma política de gastos sociais e de distribuição de renda. É a partir dessa perspectiva que temos que olhar a realização do primeiro Congresso Brasileiro de Economia, do Congresso da Indústria e da Conferência de Teresópolis. [...]. De outro lado, um projeto congregando setores das burguesias comercial, agrária e setores vinculados ao capital estrangeiro, defendendo um desenvolvimento econômico calcado na não-intervenção do Estado na economia, no livre cambismo e em um crescimento mais equilibrado entre agricultura e indústria. Como o outro projeto, este também não contemplava uma política de gastos sociais e de distribuição da renda”.Corsi (1994, pag. 34-35)

O “ingresso na modernidade” tendo os países centrais estruturas de mercado oligopolizadas, significou, para um país periférico com um contingente de trabalhadores abundante, num primeiro momento, pouca necessidade de se avançar na implementação de tecnologia que fosse poupadora de mão de obra e que corresponderia a um aumento de produtividade e, num segundo momento, a medida em que se avança no projeto, com maior dinamismo industrial, urbano, massa de renda e demanda, se faz necessária a adoção de tecnologia geradora de maior produtividade e, analogamente, poupadora de mão de obra. Assim, corrobora-se o argumento de Fernandes (1976) acerca da precária constituição da classe trabalhadora brasileira. Nos anos que se seguiram, o capital privado internacional participaria de forma mais ativa do projeto modernizante e da partilha da massa de valor produzida. Esse é o objeto da seção seguinte.

## **2 – O projeto modernizante e o aprofundamento da substituição de importações**

No Brasil, o projeto modernizante ganha novos contornos na década de cinquenta, com o Plano de Metas. Havendo pois clareza de que aquele projeto seria a via para o ingresso na modernidade, o bloco no poder impõe sua hegemonia, ou seja, não só o projeto estatal encampa o que se defende pela via moderada, como produtor direto (tentando internalizar a indústria produtora de bens de capital), como se desenvolve com auxílio do Estado o setor monopolista do capital industrial brasileiro que “opera significativa substituição de importações a partir do período seguinte, viabilizando a continuidade da industrialização” (Fausto, 2007, p. 279). Adicionalmente, o capital privado internacional passa também a ser ator importante a disputar a massa de valor produzida internamente, isso porque, como lembrado anteriormente, naquele momento já não mais existia uma forte oposição ideológica ao ingresso do capital externo, havia interesse em função da constituição de uma economia nacional mais dinâmica e, por fim, o capital industrial. Note-se que a tensão no bloco no poder se recoloca em outros patamares, não só internamente, mas porque a existência naquele momento de tensões como a Guerra Fria e a revolução cubana, impeliam ainda mais por uma defesa da modernização capitalista, encampada por importantes países centrais e seus blocos de poder correspondentes. Para o caso do Brasil, a impossibilidade de solucionar aquelas tensões, conduziria, em 1964, à adoção de um regime autoritário-ditatorial. Nesse sentido, o regime ditatorial foi bastante profícuo para o empresariado, dado o arrocho salarial do período que se seguiu com consequente distribuição regressiva de renda em detrimento do trabalho e em benefício do capital nacional e internacional.

No que diz respeito especificamente ao Plano de Metas (1956-1960), seus antecedentes ou base de elaboração devem ser buscados: (i) nos trabalhos produzidos no início dos anos cinquenta pela Comissão Mista Brasil e Estados Unidos (CMBEU) e (ii) no grupo misto BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento) e CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), liderado por Celso Furtado e formado por uma série de profissionais que elaboraram um estudo sobre a realidade brasileira, servindo pois como parâmetro ao plano, principalmente no que diz respeito a transportes e energia.

As justificativas ou razões que suportam o Plano, para além do que fora anteriormente apontado, também devem ser buscadas no pensamento/ ideologia de Juscelino Kubitschek (JK), para quem a sociedade poderia e ser conduzida a prosperidade (sinônimo de consumo) desde que fosse orientada de forma adequada. JK reconhece que esse processo de transição é indeterminado, dado que a sociedade, no seu conjunto, pode questioná-lo e promover uma ruptura (desordem), ou seja, essa sociedade poderia então adotar a via do autoritarismo para que viesse a prosperar. Com isso, muito mais importante do que acelerar o processo de transição seria evitar a desordem, a oportunidade para o autoritarismo, socialismo ou comunismo. Sinteticamente, guardadas suas ressalvas, JK era um defensor do projeto modernizante.

O objetivo principal do Plano de Metas era promover uma transformação qualitativa da estrutura econômica brasileira, sendo portanto o crescimento quantitativo um momento secundário, subordinado, consequente. As grandes metas a serem almeçadas seriam: (i) energia e transportes, sendo que nesses dois setores estarão alocados os principais investimentos a cargo do capital público nacional; (ii) a indústria produtora de bens intermediários, com o que se pretendia aumentar a produção daquelas empresas que já estavam presentes na economia brasileira (siderurgia e cimento, por exemplo) e iniciar a produção de outros setores (como celulose, borracha, fertilizantes, etc) – a cargo desses investimentos ficaria o capital privado nacional; (iii) o desenvolvimento da indústria produtora de bens de capital, desenvolvimento da indústria automobilística, naval, de materiais elétricos pesados e a indústria mecânica, a cargo do capital privado internacional; e, por fim, (iv) a construção de Brasília (uma ação eminentemente política).

Os recursos para o financiamento não estavam explicitados no Plano de Metas. No entanto, dado o distanciamento histórico, se pode afirmar que o financiamento dos gastos públicos e privados foi feito por meio da expansão dos meios de pagamento (emissão primária de moeda)<sup>6</sup> e do crédito (via empréstimos do BNDE, sendo que o Estado ainda emprestava a longo prazo e a

---

<sup>6</sup> O financiamento inflacionário não é uma política deliberada, mas o resultado de uma política econômica (ou de um projeto nacional) que, naquele momento, não tinha como meta/ objetivo o controle inflacionário.

taxas de juros fixas, tendo-se pois uma quase transferência de recursos públicos para o capital privado nacional); tratamento preferencial ao capital privado internacional (às empresas multinacionais, como, por exemplo, o direito de repatriar lucros, dividendos, etc); avais para a tomada de empréstimos no exterior (o principal avalista das operações de financiamento ao investimento era o BNDE).

Vale notar, adicionalmente, (i) que a condição concorrencial era de quase monopólio para o capital privado nacional, dadas as barreiras à importação, com o que esse setor da burguesia crescentemente desenvolve capacidade de acumular para investir; (ii) devido ao tipo de financiamento utilizado para a consecução do Plano de Metas, a inflação doméstica manteve-se estável, mas elevada, durante todo o governo JK. A esse respeito são clássicas as interpretações de Paul Singer e Ignácio Rangel, que chamam a atenção para o fato de que, em função da abertura ao capital estrangeiro, as estruturas de mercado que vão se consolidando são oligopolizadas, ou seja, trata-se de empresas com capacidade de fixar preços e, portanto, se defenderem da inflação aumentando sua participação relativa na renda nacional. Nesse sentido, houve um impacto redistributivo regressivo, dado que os salários aumentavam a um ritmo menor que o aumento do índice de preços.<sup>7</sup>

Em termos de resultados, como afirma Cardoso de Mello, o Plano consolida o projeto modernização por substituição de importações, passando de uma primeira fase em que se tem uma “industrialização restringida” e dando início à “industrialização pesada”. De certo, pode-se observar os resultados, traduzidos em termos quantitativos (em alguns setores as metas originalmente formuladas foram inclusive ultrapassadas) e qualitativos, sendo que a o final dos anos sessenta a economia brasileira é completamente diferente daquela de meados de 1950 (“50 anos em 5”, na consigna do Plano de Metas), principalmente no que diz respeito à estrutura industrial. A estrutura industrial se diversifica e se complexifica, se destacando a incorporação ao parque produtivo nacional de importantes setores de bens intermediários e de produção de bens de capital. Por outro lado, o Plano não se dedica a tratar os problemas que envolviam a agricultura; não ataca o desigual desenvolvimento regional; as taxas de expansão do nível de emprego são inferiores às taxas de crescimento populacional e ao deslocamento do campo para a cidade e, por fim, com relação à questão social, não haviam metas para a saúde, educação, etc pois, como parece ser característico de qualquer projeto modernizante, esses elementos necessariamente seriam positivamente impactados pelo Plano.

---

<sup>7</sup> “O deflator implícito do Produto Nacional sobe de 33,3% em 1961 para 54,8% em 1962, para 78% em 1963, atingindo seu auge cora 87,8% em 1964” (Fausto, 2007, p. 283).

Para além das contradições apontadas anteriormente, é preciso chamar atenção ainda para a perda de capacidade de utilização da inflação (via emissão primária de moeda) para o financiamento, dado que o descontrole do nível de preços conserva suas contradições, como as apontadas por Singer e Rangel. Tem-se então agora uma dicotomia em termos de condução de política econômica e, portanto, do próprio projeto modernizante: crescimento (qualitativo e quantitativo, objeto do Plano de Metas) e estabilização econômica (controle inflacionário). Adicionalmente, acerca da participação do capital privado internacional no projeto de modernização, Fausto (2007, p. 281-282) faz relevante questionamento:

“[...]por que o Brasil, após ter lançado os fundamentos de uma estrutura industrial moderna com recursos próprios, abriu a economia ao capital estrangeiro a tal ponto que este acabou dominando suas indústrias mais dinâmicas. A resposta mais óbvia é que o aporte de capital das multinacionais era indispensável. Mas os dados não chegam a confirmar essa hipótese. É verdade que o volume de investimentos estrangeiros se elevou de 17,6 milhões de dólares anuais, em média, no período 1947-55 para 106 milhões no período 1956-62, mas mesmo esse montante para uma economia das dimensões da brasileira não chega a ser significativo. [...] Além dos investimentos diretos, pode-se considerar também o capital de empréstimo, que em boa parte foi trazido pelas multinacionais. Os valores dessa rubrica já são mais significativos, tendo passado da média anual de 202 milhões de dólares em 1947-55 para 549 milhões em 1956-62. Embora somando empréstimos e inversões se pudesse chegar a conclusão que o capital estrangeiro pode ter contribuído com algo mais de 20% para a formação bruta do capital fixo no período 1956-62, e mais provável que seu aporte tenha sido de maior importância para elevar a capacidade de importar; condição possivelmente essencial para se atingir as metas de industrialização propostas pelo Governo Kubitschek. Mas mesmo isso é duvidoso. Em primeiro lugar porque descontando os rendimentos do capital estrangeiro (juros, lucros e dividendos) remetidos ao exterior e as amortizações, a entrada líquida cai a uma média anual de 159,6 milhões de dólares. E, em segundo lugar, porque das inversões diretas entradas no país, entre 1956 e 1960, 69,3% vieram sob a forma de equipamentos (Medina, 1970), em grande parte já usados, havendo boas razões para crer que seu valor tenha sido superestimado por ocasião do seu registro”.

Para o autor, a resposta para se entender a abertura ao capital estrangeiro e sua “relevância” para o projeto de modernização deve ser buscada na disputa intra bloco no poder. Isso significa dizer, como anteriormente, que o projeto de modernização contava com grupos que defendiam mais ou menos Estado ou mais ou menos mercado, ou seja, estava em disputa, as zonas de valorização e, portanto, partilha do mais valor entre Estado, capital privado nacional e internacional. Diante disso, é mais acertado afirmar que a abertura da economia ao capital estrangeiro tenha sido

o resultado da correlação de forças, dentro da aliança no poder, dos que se colocavam contra e a favor da industrialização acelerada e contra e a favor da participação das multinacionais e do Estado nesse processo. Sendo a alternativa a entrada do capital multinacional a expansão ainda maior do capital estatal, já que o capital privado brasileiro continuava incapaz de atingir um grau de concentração monopolístico, é possível que os partidários da industrialização tenham-se aliado aos adversários do capital estatal para neutralizar a oposição de outros setores da coligação no poder, sobretudo os que davam prioridade a agricultura de exportação, optando dessa maneira por uma política de portas abertas ao capital estrangeiro”. (Fausto, 2007, p.282)

Com isso, tem-se o que Oliveira (2003) denomina de “homogeneização monopolista” do espaço brasileiro, isso porque as relações tipicamente capitalistas de produção se consolidam na

indústria mas, adicionalmente, invadem o campo. Isso ocorre porque a “ampliação do mercado interno para alimentos e matérias-primas agrícolas atraiu o capital monopolista para a agricultura”<sup>8</sup>.

Devem ser buscadas nessa “homogeneização monopolista” e na utilização do mecanismo inflacionário para o financiamento ao investimento do capital privado nacional, as causas do descontrole inflacionário, como bem aponta Rangel em seu clássico sobre as origens da inflação brasileira. Assim, a partir de 1962, o projeto modernizante capitalista brasileiro perde ímpeto em função, basicamente, de três determinantes. Primeiro, dos problemas advindos do balanço de pagamentos; do crescente desequilíbrio do orçamento público em função dos gastos elevados e da maior organização e combatividade dos assalariados em função do aumento do custo de vida, isto é, “os aumentos de salários nominais concedidos, nessas condições, alimentam a corrida preços-salários” (Fausto, 2007, p. 283-284).

Como entender os anos de 1961-1964, de tanta instabilidade haja vista o período anterior de pleno avançar do projeto modernizante? Para autores cepalinos, de tradição estruturalista, como Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, tratar-se-ia de uma crise cíclica, relacionada à conclusão do volumoso conjunto de investimentos do Plano de Metas, sendo que a economia demoraria algum tempo para absorver-lo. Para Furtado (2007), explica que a industrialização por substituição de importações combinou recursos produtivos e base técnica das países capitalistas centrais, no entanto, o problema central dos países periféricos era adotar tecnologias intensivas em capital e, portanto, poupadoras de mão de obra, com o que se estabelece um antagonismo entre o baixo nível de acumulação de capital e a abundância de mão de obra. Assim, a industrialização nessas condições emprega poucos trabalhadores, paga baixos salários e não é capaz de criar seu próprio mercado consumidor. Mario Henrique Simonsen avalia que o início da crise estava relacionado à instabilidade política daquele momento a partir da renúncia de Jânio Quadros, o que teria criado um clima pouco favorável à continuidade do projeto modernizante. Chico de Oliveira associa a queda dos investimentos e crise à combatividade sindical, dado que os assalariados suportaram o processo de modernização sem que seus frutos fossem adequadamente distribuídos.

---

<sup>8</sup>Assim: Com incentivos fiscais, grandes fazendas de gado começaram a ser abertas ao longo das estradas de penetração, acarretando não poucas vezes a expropriação de posseiros e sua transformação em trabalhadores diaristas. De uma forma geral, colonos e parceiros foram expulsos das fazendas e substituídos por diaristas, conhecidos pelas alcunhas de “volantes” ou “boias-frias”. Pequenos arrendatários, parceiros e camponeses começaram a se organizar em Ligas Camponesas, a partir de 1955 no Nordeste e, depois de 1960, em outras partes do país para resistir a este processo. Também surgiram sindicatos de trabalhadores agrícolas para defender os interesses dos assalariados rurais. Pode-se dizer que o capitalismo monopolista, que antes de 1930 só existia nos serviços de infraestrutura, lança raízes no Brasil entre 1933 e 1955 para passar a *dominar* o processo de industrialização a partir de 1956. O capital monopolista continua sendo, em sua maior parte, multinacional ou estatal, mas alguns grupos privados brasileiros, em ramos como o da fabricação de máquinas, papel e metalurgia, começam a se transformar também em capitais monopolistas por essa época”. (Fausto, 2007, p. 283)

Posteriormente, Oliveira (2003) afirmaria que a crise tem relação com o baixo desenvolvimento do setor produtor de bens de capital, ou seja, uma economia baseada na produção de bens de consumo duráveis e que “delega” ao exterior o desenvolvimento desse setor de bens de produção, igualmente “transfere” ao exterior todos os efeitos dinâmicos que seriam resultantes do pleno desenvolvimento de ambos os departamentos. Por fim, Paul Singer ressalta a importância do aspecto político e do papel da inflação no processo de concentração de renda – como apontado anteriormente. Assim, a luta sindical e a sua crescente transformação em luta política (como defesa das reformas de base, agrária, por exemplo, ou seja, a via nacional popular, nos termos de Draibe) levaram a um impasse político e econômico que foi solucionado com o golpe empresarial militar de 1964.<sup>9</sup>

A partir do golpe de 1964 se observa um concerto ainda maior e uma partilha das áreas de atuação entre capital privado nacional, capital internacional e Estado brasileiro, em detrimento, ou representando retrocessos do projeto nacional popular, algo que se estende até os anos 1980. Fausto (2007, p. 284) chama a atenção, no entanto, para o fortalecimento do Estado em detrimento das demais frações que compõem o bloco no poder, isso porque

“O novo regime político se caracteriza por forte concentração de poder no Executivo federal, o qual é utilizado para resolver as contradições no plano econômico que o impasse político tinha agravado. [...]. Em última análise, a centralização do poder, após 1964, superou as numerosas resistências tanto de interesses regionais como do setor privado da economia a que o Estado se apropriasse de uma parcela maior do excedente. Tornou-se, assim, viável praticar uma política de equilíbrio fiscal e se fortaleceu a capacidade de decisão da burocracia estatal em face de outras frações da classe dominante”.

De forma a concluir a presente seção, destaca-se o projeto modernizante iniciado em trinta apresenta um corte nos anos cinquenta em função do Plano de Metas, com o que não só a burguesia industrial nacional mas também a internacional saem ganhando, sem que, no entanto, o Estado ou o complexo agroexportador tenha perda de participação em termos de decisões no bloco no poder (com a pauta exportadora predominantemente agrária até os anos setenta). O próprio processo de “homogeneização monopolista” tornaria o campo no Brasil uma indústria capitalista altamente lucrativa e promissora nas décadas seguintes, com o que se pode afirmar que tais interesses, que envolvem partilha da massa de mais valor, em qualquer momento da história do país, tiveram ressonância no bloco no poder e nas políticas práticas resultantes. Nos termos de Oliveira (2003), existiria dificuldade de conciliar as estruturas desse capitalismo, cujo marco é a modernização industrial, com um “agronegócio” atrasado. A saída, histórica, foi o aumento do grau de exploração da força de trabalho para suprir as múltiplas demandas do projeto modernizante, com o que se tem

---

<sup>9</sup> A participação da elite industrial no Golpe é apresentada nos documentos elaborados no âmbito da Comissão Nacional da Verdade, instituída no Brasil para apurar os crimes cometidos contra os direitos humanos durante a ditadura brasileira (iniciada em 1964). A esse respeito, se pode consultar: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/comissao-da-verdade-quer-responsabilizar-empresas-que-colaboraram-com-a-ditadura-8874.html>.

uma exploração mais extensiva (extensão da jornada de trabalho e aprofundamento da sua exploração) e menos intensiva (baseada no avanço tecnológico), nos termos de Marx (1988). Assim, o salário de subsistência aumenta, via, por exemplo, regularização da CLT, no entanto, se trata de um aumento para suprir pequena proporção da massa de trabalho total que é empregada pelo projeto modernizante, enquanto o exército industrial de reserva permanece grande o suficiente (ou aumenta) como forma de conter aquela tendência (Pinto e Balanco, 2009).

### **3 – O fracasso do projeto de modernização capitalista**

Tal como o período anterior “representou a integração final do mercado nacional e o estabelecimento da hegemonia do capital monopolista. A partir de 1968, a incorporação de novas áreas a produção capitalista começa a se esgotar”. Ainda que a economia de subsistência e a produção artesanal não tenham, por óbvio, desaparecido, “a mecanização da agricultura, por exemplo, toma grande impulso a partir de 1970” e “o crescimento econômico é comandado cada vez mais pela introdução de novos produtos, ou seja, pela diversificação do consumo das camadas de maior poder aquisitivo”. Já no que diz respeito à inserção internacional, esse momento significava mudanças dado que o país tinha até então participado da

divisão internacional do trabalho como fornecedor de produtos primários, cuja receita servia para pagar a compra no exterior de manufaturados e para a remessa dos rendimentos do capital estrangeiro. A partir dos fins da década dos anos 60, o país começa a se integrar numa nova divisão do trabalho, criada pelas multinacionais, cuja participação na economia mundial capitalista passa a um nível qualitativamente diferente. (Fausto, 2007, p. 285-286)

Assim, em termos da estrutura produtiva, colhe-se nos anos subsequentes os resultados das políticas modernizantes, como deixa claro o chamado “Milagre Econômico” (1967-1973), sendo necessário, no entanto, avançar ainda mais na incorporação de importantes etapas das cadeias do setor produtor de bens de capital (indústria pesada). A continuidade do crescimento econômico se fazia necessária inclusive para legitimar o projeto empresarial militar. O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, de 1975) tinha por objetivo principal internalizar etapas importantes da indústria pesada e retomar o crescimento verificado durante o “Milagre”. A crise capitalista mundial dos anos setenta/oitenta, no entanto, jogaria por terra o projeto modernizante centrado na substituição de importações. Nos anos que se seguiram, o foco crescimento-substituição de importações se altera, e o crescimento deveria agora ser comandado pelas exportações, dada a necessidade de contornar o crescente endividamento externo e os problemas inflacionários. No que diz respeito ao capital externo, já no contexto da grande crise capitalista, não havia mais interesse pelos grandes projetos nacionais, como o II PND. Isso significaria não que uma parte menor da massa de mais valor seria a este destinada, mas sim que novas formas de transferência de valor se

configurariam, via principalmente estatização da dívida e, posteriormente, financeirização da riqueza.

Em síntese, no que diz respeito ao projeto substituição de importações, nos anos que seguiram ao golpe militar, observa-se seu aprofundamento (como bem o demonstra o II PND). No entanto, a dependência externa da economia brasileira teria, novamente, um peso determinante nos rumos da economia nacional. A política de reafirmação da hegemonia norte-americana, nos termos de Tavares e Melin (1997), significou, por um lado, o abandono por parte dos Estados Unidos, em 1971, das taxas de câmbio fixas mas ajustáveis acordadas em Bretton Woods, levando o mundo desenvolvido a ingressar num período marcado por turbulências internacionais advindas da retomada das desvalorizações cambiais competitivas, com oscilações igualmente significativas sobre outras variáveis macroeconômicas, como a taxa de juros; e, por outro lado, o aumento das taxas de juros norte-americanas, já ao final da década de setenta, como forma de evitar uma maior desvalorização do dólar frente às principais moedas do mundo desenvolvido. O Brasil, que nas décadas anteriores havia contraído empréstimos internacionais, a juros flutuantes (dado que não havia histórico de aumento abrupto da taxa de juros como ocorrera então), ingressa nos anos oitenta na chamada Crise da Dívida Externa, o que significou que durante toda a década o país faria ajuste exportador para conseguir divisas e honrar a dívida com os credores internacionais (se não o principal da dívida, ao menos os encargos).

Tanto o Brasil quanto outros países da América Latina, passariam então pelo processo de reestruturação da dívida externa no final dos anos 1980, especificamente pela securitização da dívida (transformação da dívida direta em títulos de dívida que podem ser renegociados no mercado internacional), no âmbito do chamado Plano Brady<sup>10</sup>. Isso explica o novo acesso, por parte dos países periféricos, aos mercados financeiros internacionais que viviam um novo período de abundância de liquidez, não só por conta dos processos de renegociação das dívidas dos periféricos, mas também devido às transformações financeiras do capitalismo mundial pós crise de 1970. A reestruturação da dívida nestes moldes impunha condicionalidades na opção de política econômica interna, isto é, os devedores que recorreram ao Plano Brady tiveram, normalmente, que se submeter ao Consenso de Washington.

O fracasso do projeto modernizante não se deve, no entanto, apenas aos determinantes externos conjunturais dos anos setenta/oitenta. Ao tratar da substituição de importações, Marini (1992, p. 81) afirma que foi implementado “sobre a base de uma demanda pré-existente de bens de consumo, que fazia dos investimentos nesse setor os mais rentáveis e permitia que o processo de

---

<sup>10</sup> Anunciado em 1989 pelo então secretário do tesouro norte-americano, Nicholas Brady, o plano promoveu um processo de reestruturação da dívida externa de diversos países latino-americanos.

produção se sustentasse graças à importação crescente de bens de capital”, com o que sua continuidade dependia de uma crescente capacidade de importar, o que significa também uma crescente necessidade de gerar divisas para fazer face ao aumento das importações. No entanto, a capacidade de importar continuava sendo travada, no caso dos países periféricos, pela deterioração dos termos de troca. A outra fonte de divisas externas era o aporte de capitais estrangeiros provenientes de investimentos diretos, empréstimos, financiamentos e doações os quais – para além dos condicionantes citados na seção anterior, que questionam esse aspecto –, sistematicamente remetem lucros e dividendos para o exterior, agravando a escassez de divisas e, por extensão, a situação do Balanço de Pagamentos<sup>11</sup>.

A “nova” inserção à divisão internacional do trabalho que tem início nos anos sessenta, ainda que, estruturalmente signifique a continuidade da participação do Brasil como subordinado à dinâmica de acumulação de capital mundial, trará rebatimentos para as diferentes classes sociais e, portanto, o bloco no poder. Isso significará

“Do ponto de vista do capital nacional e, em particular, do que se poderia chamar de comunidade técnico-científica (na qual se incluíam desde as universidades até as empresas de consultoria), ela prolonga e tende a perpetuar a dependência tecnológica, já que as multinacionais (todas estrangeiras) mantem a produção de tecnologia em geral nos países em que estão situadas suas matrizes. Além disso, a importância que as multinacionais assumem para o Balanço de Pagamentos (elas são não só grandes exportadoras, mas sobretudo as maiores importadoras de mercadorias e de capitais) reduz a capacidade de decisão, no campo econômico, tanto do capital nacional quanto do Estado brasileiro. Do ponto de vista dos assalariados, os efeitos são mais diferenciados. O reduzido valor da força de trabalho e condição indispensável para tornar competitivos, no mercado mundial, os manufaturados brasileiros. O que requer uma política de contenção salarial permanente. [...]” (Fausto, 2007, p. 288)

Fica claro, portanto, que a rearticulação do movimento democrático popular, projeto vencido nas décadas precedentes, levou a uma maior possibilidade de confrontação por parte dos trabalhadores no início dos anos sessenta, o que, em grande medida, explica o golpe de 1964. O Golpe, novamente, representaria o fim das aspirações pelo aprofundamento da democracia no Brasil, isso é, o projeto nacional popular, derrotado, não conseguiria, nas décadas que se seguiram, ampliar os direitos jurídicos formais e transformar os até então conquistados, em direitos econômicos, o que garantiria a construção de um projeto de nação efetivamente mais humano – pelo contrário, os anos que se seguiram à implementação da ditadura significaram cassação de direitos políticos e, por outro lado, aprofundamento da desigualdade de renda e riqueza – como demonstra, dentre outros, o trabalho de Souza (2016).

---

<sup>11</sup> Este novo aspecto da condição periférica nos anos 1960 é destacado na obra de Caputo e Pizarro (1970). Ao contrário de resolver os problemas de financiamento externo, característica das economias dependentes, o investimento direto estrangeiro aprofundou o problema em virtude da deterioração estrutural da balança de serviços com a transferência crescente de lucros e dividendos para os centros capitalistas.

Tem-se pois uma “estabilidade dinâmica” do projeto hegemônico das burguesias brasileiras e internacionais. A hegemonia não se exerce sem a dominação/coerção (papel cumprido, no capitalismo, pelos Estados nacionais) e o consenso, isto é, a capacidade de determinada classe social ou fração de classe de oferecer um projeto de sociedade que seja entendido pela maior parte das demais classes e/ou frações como sendo atraente/ crível. Assim, embora seja possível afirmar que o centro dinâmico de acumulação de capital no Brasil tenha se alterado no século passado (do campo para a cidade, da agricultura para a indústria, ou seja, assim como na Revolução Burguesa clássica rompe-se com a dinâmica de acumulação centrada na terra e se avança na industrialização), o mesmo não se pode dizer em relação àquelas classes ou frações de classes, ou seja, a dinâmica de acumulação sempre beneficiou as burguesias agrária e industrial brasileira, bem como, em determinados contextos, a classe trabalhadora – em que pese seu incipiente desenvolvimento.

Embora em determinados momentos (como na década de 1930) uma fração tenha conseguido romper com a dinâmica de acumulação anterior e assumido o poder, isso não significou que a burguesia agrária tenha sido alijada do projeto hegemônico, pelo contrário, a ausência de uma revolução burguesa e a constituição da burguesia nacional brasileira, escravocrata e oligárquica, comprova que em momentos de acirramento de tensões estas se tornam ainda mais retrógradas e autoritárias como forma de manter sua participação relativa na massa de valor gerada ou mesmo seu poder de classe. Essas tensões da hegemonia (cujos marcos teórico-históricos o presente trabalho procuram demarcar) se reduzem em momentos de crescimento econômico mundial e se acirram em momentos de crise, resvalando então para regimes autoritários. Os desníveis regionais são prova adicional dessa modernização conservadora, ou seja, a manutenção de oligarquias agrárias regionais com modelo de acumulação diferente em cada região do país, sendo, no entanto, uma marca desse capitalismo específico a constituição de uma burguesia industrial cuja origem histórica pode ser encontrada no passado escravocrata, mas que se apresenta modernamente como autointitulado “agronegócio”, altamente rentável.

No âmbito externo, a massa de valor produzida nacionalmente e historicamente drenada aos centros do capitalismo (via os mais diversos mecanismos que vão desde a colonização e, portanto, simples pilhagem, até mesmo as contemporâneas remessas de enormes quantias de lucros e juros) garantem a manutenção das relações de dependência internacional. A dificuldade de gestão do capitalismo brasileiro (ainda que não só deste) é inequívoca em função deste Estado bonapartista caracterizado por tensões da hegemonia. Assim, por exemplo, embora o capital externo seja um contínuo desde o processo de colonização, as tensões de hegemonia no interior do Estado só se conformam quando: (i) se constitui o Estado Nacional e (ii) se constitui uma burguesia nacional.

Por isso o embate capital nacional e capital internacional é mais claramente observável pós anos 1930. Por fim, a ausência de constituição de uma classe trabalhadora como nos países centrais, em função do desemprego em massa/ ou subemprego, faz com que suas pressões sobre o aparato estatal resultem pouco da luta efetiva, ainda que essa última tenha existido/ exista e tenha ganhado corpo/ fôlego ao longo do século, bem como obtido avanços em termos de constituição de um projeto democrático popular. Os avanços históricos, no entanto, parecem pautar-se mais numa política de concessão, momento coesão, em que a aristocracia oligárquica e mesmo a burguesia industrial cederam espaço ao avançar de lutas históricas no centro com alguma ressonância na periferia. As experiências históricas tem demonstrado, no entanto, que sejam projetos societários com mais mercado (liberalismo) ou aqueles com mais Estado (experiência do socialismo real), o que se tem é a incompatibilidade entre capitalismo e democracia, o que explica o lento e penoso avançar de projetos democrático-populares (ou mesmo seus retrocessos).

## **Conclusão**

Como conclusão, ressalta-se que para qualquer um dos recortes teórico-históricos empreendidos nas seções anteriores para o caso brasileiro, a lógica “mais Estado é melhor que mais mercado” (como em Max Weber) se mostra insuficiente. Nem mais Estado e menos mercado, e tampouco menos Estado e mais mercado, se mostraram, pelo menos no caso em questão, suficientes para prover níveis adequados de bem-estar social universais – ainda que a atuação do Estado em determinados momentos históricos, avançando na construção do incipiente projeto nacional popular (exemplo: CLT), tenha mostrado, obviamente, que os avanços democráticos são sim importantes. Avanços democráticos que, no entanto, deveriam arregimentar para uma transformação radical dessa sociabilidade diante da insuficiência do projeto modernizante capitalista. Ao contrário disso, os constrangimentos impostos ao avançar do projeto democrático popular (classe trabalhadora) nacionalmente (no interior no bloco no poder) e internacionalmente, colocaram, isto sim, a possibilidade de que em momentos de vácuo de hegemonia, tal como nos anos trinta, nos anos sessenta e também na atualidade, ao não se chegar a um bom termo acerca da partilha da massa de mais valor produzido, se resvale para regimes ditatoriais ou autoritários.

Na atualidade, mais precisamente as décadas que se seguiram aos anos oitenta, ratificou a histórica posição da periferia como região que transfere massa crescente de excedente para os centros capitalistas e, a massa de recursos que resta na periferia encontrou na lógica financeiro-

fictícia um lócus privilegiado de valorização desses recursos, o que define um processo de acumulação “travada” de capital.

Como forma de contornar esse processo seria possível, primeiro, inverter a lógica de apropriação do capital, isto é, reduzir a apropriação financeiro-fictícia em detrimento do aumento da apropriação do capital produtivo, industrial. Para tanto, seria preciso um manejo adequado da taxa de juros. Isso porque, nas últimas décadas, destacadamente a partir de 1979, a necessidade de atrair capitais como forma de fechar as contas externas dessas economias, bem como em função das próprias pressões exercidas pela oligarquia financeira, tem levado a uma acentuação do diferencial entre taxa de juros e taxa de lucros do capital produtivo, em detrimento deste último, o que, conseqüentemente, incentiva a aplicação e apropriação financeiro-fictícia. Assim, como primeira alternativa, ter-se-ia a possibilidade de redução dos juros como forma de torna-los mais compatíveis com um maior crescimento econômico. Adicionalmente, a redução dos juros teria como conseqüências: (i) a redução no serviço da dívida pública, (ii) alavancar a capacidade de gasto do setor público e (iii) reduzir a atratividade dos mercados domésticos para o capital externo, reduzindo a pressão por valorização cambial.

Essa primeira alternativa, entretanto, possui limites bastante claros. Em primeiro lugar, ao incrementar a demanda agregada e dada a restrição da capacidade produtiva de economias como a brasileira, o efeito seria um aumento das pressões inflacionárias, ou seja, seria necessário que a redução dos juros fosse acompanhada pela ampliação da capacidade de oferta. Em segundo lugar, a redução dos juros poderia levar a uma fuga de capitais e a uma crise cambial, com o que, o controle de capitais também seria imprescindível.<sup>12</sup>

Uma segunda alternativa de enfrentamento é procurar reduzir a necessidade de exploração e acumulação de mais valor como forma de garantir uma acumulação interna de capital. As transformações, nesse caso, demandam a redução da remessa crescente de valor produzido na periferia e apropriado nos centros capitalistas, o que passa pela necessidade imperiosa de romper com a estratégia neoliberal de abertura externa (comercial e financeira) e privatizações que lhe corresponde. Para além do manejo da política econômica, se faz necessário reverter a dependência dos mercados externos para as exportações de produtos primários (e manufaturados baseados em recursos naturais, predominantes na pauta exportadora desses países). Essa alternativa implica ainda na necessidade de criação de um mercado interno dinâmico, capaz de fazer com que a massa

<sup>12</sup> Esse primeiro conjunto de medidas é defendido no âmbito de análise neodesenvolvimentista, o qual não se constitui efetivamente como sendo uma alternativa ao neoliberalismo, na medida em que, ao restringir sua crítica ao neoliberalismo no plano da instrumentalização da política econômica, propõe apenas modificar a forma de apropriação do excedente econômico, mas não suprimir a geração de massa crescente de mais valor como lógica da produção dessas economias e, portanto, mantendo as conseqüências sociais de concentração de renda e riqueza do capitalismo.

de valor produzida encontra no próprio mercado nacional uma dinâmica de valorização, e não mais dependente dos mercados externos. A constituição desse mercado consumidor interno exige um acentuado processo de desconcentração da renda e da riqueza.

Uma terceira alternativa é não só reduzir a remessa de valor produzido nessas regiões periféricas para os centros capitalistas, mas efetivamente questionar a própria sociabilidade capitalista e construir condições para a superação da lógica mercantil-capitalista. As propostas não são excludentes, ou seja, essa alternativa pressupõe a anterior (ainda que o contrário não seja necessariamente válido), sendo que, no caso de ambas, é preciso pensar na instrumentalização da política econômica. Não se trata aqui de propor um etapismo, mas sim de perceber que a construção de um processo de transição necessita que sejam tensionadas as contradições do capitalismo e aprofundados os questionamentos de sua sociabilidade, ainda que, *a priori*, não exista nenhuma garantia de que o processo será frutífero, mas tampouco o será se não existir ao menos a intencionalidade para tal.

## **Bibliografia**

Arantes, P. 2004. *Zero à Esquerda*. São Paulo, Conrad.

Caputo O. e Pizarro R. 1970. *Desarrollismo y capital extranjero. Las nuevas formas del imperialismo en Chile*, Ediciones de la Universidad Técnica del Estado, Santiago de Chile.

Corsi, F. L. 1994. As discussões em torno dos rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo. Campinas, Unicamp/ IE, 38 p. *Texto para Discussão*. n. 41.

Draibe, S. M. 1985. *Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Fausto, B. Org. 2007. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano. Vol. 11. Rio de Janeiro, Bertrand.

Furtado C. 2007. *Los desafíos de la nueva generación*. Apresentação para *Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización - Homenaje a Celso Furtado (2007)*. Gregorio Vidal e A. Guillén R. (coord.). Buenos Aires: Clacso; Mexico DF.

Fernandes, F. 1976. *A revolução burguesa no Brasil*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Marini R. M. 1992. *América Latina: dependência e integração*. Editora Brasil Urgente.

MARX K. 1988. *O Capital: crítica da economia política*. 5 vols. São Paulo: Nova Cultural.

Oliveira, F. 2003. *Crítica à razão dualista/O ornitórrinco*. São Paulo, Boitempo.

Pinto E. C. e Balanco P. 2009. O ajuste estrutural brasileiro dos anos 90: a ampliação da desarticulação setorial e social. Em: *Cadernos do CEAS* (Salvador).

Souza, J. 2016. *Radiografia do Golpe*. São Paulo: Leya.